

CIES e-WORKING PAPER N° 7/2005

**Fontes e metodologia para o estudo das elites locais em Portugal**

MARIA ANTÓNIA PIRES DE ALMEIDA

*CIES e-Working Papers* (ISSN 1647-0893)

Av. das Forças Armadas, Edifício ISCTE, 1649-026 LISBOA, PORTUGAL, [cies@iscte.pt](mailto:cies@iscte.pt)

**Maria Antónia Pires de Almeida** holds a Ph.D. in Contemporary History from the ISCTE. She is currently a Post-Doctorate Fellow at the Center for Research and Studies in Sociology (CIES-ISCTE), Lisbon. Her research interests are on political history, elite studies and local politics. Email: [ma.almeida@iscte.pt](mailto:ma.almeida@iscte.pt)

## **Resumo**

Os estudos sobre elites locais são recentes no mundo académico e implicam um suporte teórico e uma metodologia rigorosos. A selecção e o tratamento de fontes em muito contribuíram para abrir novas linhas de investigação que foram seguidas fielmente por uma nova geração de cientistas sociais. Aqui são expostas a metodologia e as principais fontes a serem utilizadas, com exemplos práticos, como o recurso à memória oral e até mesmo à literatura, para além das fontes institucionais, tanto locais como nacionais, e da bibliografia de referência.

**Palavras-chave:** fontes, métodos, elites locais, memória oral

## **Sources and Methodology for the Study of Local Elites in Portugal**

### **Abstract**

Research studies on local elites have only recently been introduced into the academic world in Portugal. They require a rigorous scientific and methodological approach and an appropriate selection of sources. In this paper I present the methodological paths and main sources to be explored in such kind of research and illustrate with practical examples. Beyond using bibliographic documents and institutional sources, both local and national, I propose to resort to oral memory and even literary pieces.

**Keywords:** sources, methodology, oral memory, local elites

## **Introdução**

Os estudos sobre elites locais têm uma certa tradição na historiografia portuguesa, geralmente incluídos em monografias locais que remetem a um passado distante, e com a intenção de exaltar a respectiva localidade com a presença ou a passagem de figuras de reconhecida importância social ou política. É frequente a colocação de uma estátua ou outras referências iconográficas às figuras reais que lá residiram, como em Estremoz a Rainha Santa Isabel, ou em Aveiro a Infanta Joana, filha de D. Afonso V, que entrou de tal modo nas tradições da cidade que se tornou a sua padroeira, ou o condestável D. Nuno Álvares Pereira na Flor da Rosa, para não falar de D. Afonso Henriques em Guimarães. Estas personagens são integradas na História Local e surgem como elemento de prestígio e valorização da região em causa. Sobre os notáveis locais propriamente ditos, as monografias costumam referir um ou dois nomes que contribuíram para o desenvolvimento do concelho ou da vila, em geral pelas suas acções beneméritas, apoio à construção de obras sociais, e pouco mais. As restantes referências distribuem-se, de forma mais ou menos subtil, pelas ruas e monumentos, à espera de serem analisadas por investigadores atentos.

E, se as referidas obras de História Local eram tradicionalmente escritas pelo erudito local, alguém que residia e participava na vida do seu objecto de estudo, apaixonando-se pelo tema e com o objectivo claro de contribuir para a sua valorização, construindo uma imagem apelativa, recentemente desenvolveu-se no mundo académico uma nova abordagem dos estudos locais, com objectivos bastante mais enquadrados nos parâmetros exigidos pelo rigor científico. A construção de retratos rigorosos das sociedades locais passou a ser realizada por historiadores e outros cientistas sociais, no âmbito de provas académicas, e com um suporte teórico e uma metodologia que em muito contribuíram para elevar estes estudos a outro patamar de reconhecimento, que antes não possuíam. São exemplo disso os estudos pioneiros de Maria Manuela Rocha e Hélder Fonseca, respectivamente sobre Monsaraz e Évora, cuja selecção e tratamento de fontes em muito contribuiu para abrir novas linhas de investigação que foram seguidas fielmente por uma nova geração de investigadores. Com acesso privilegiado a arquivos locais, tanto públicos como privados, historiadores como Rui Santos em Mértola, Jorge Fonseca em Montemor-o-Novo e Conceição Andrade Martins exploraram os arquivos municipais e os registos de casas agrícolas, em muito contribuindo para o melhor

conhecimento dos “Senhores da terra, senhores da vila...” do Sul do país, especialmente até ao século XIX.

No âmbito do Mestrado em História Social Contemporânea do ISCTE também foram produzidos alguns trabalhos sobre este tema, sob a orientação dos Profs. Doutores António Costa Pinto e Nuno Monteiro, como as teses de João Manuel Pereira e de Venerando Matos sobre Torres Vedras, de Carla Faustino sobre Arraiolos, de Ana Paula Torres sobre Oeiras, Teresa Pereira sobre Lisboa, Jacinta Simões sobre Brinches, a minha própria sobre Avis, e o artigo de Zélia Pereira sobre Almada, entre outros. Perante tal proliferação, parece estar a ficar desactualizada a frase: “As elites locais, essas desconhecidas” (Mendes, 1992, 361). Contudo, na segunda metade do século XX este grupo não foi ainda motivo de uma abordagem sistemática na área da investigação científica, uma lacuna que me proponho suprir com o projecto de pós-doutoramento agora em desenvolvimento no CIES, com o apoio da FCT, intitulado “O poder local do Estado Novo à Democracia: presidentes de câmara e governadores civis, 1936-2002”.

## **1. Objectivos**

Após a tese de mestrado sobre as elites de Avis entre 1886 e 1941, prossegui o estudo das elites locais no trabalho de dissertação para doutoramento sob o tema: *A Reforma Agrária em Avis. Elites e mudança num concelho alentejano (1974 – 1977)*, no qual estudei o período de transição para a democracia num concelho alentejano marcado fortemente pelo fenómeno da Reforma Agrária. Em seguida ampliei o âmbito do estudo das elites locais ao distrito de Portalegre e seus restantes 14 concelhos, com o objectivo de caracterizar a integração ou não do primeiro no distrito em que está incluído, trabalho que foi publicado com o título “As elites municipais e a revolução: Portalegre 1941-1997”, na obra organizada por António Costa Pinto e André Freire intitulada *Elites, Sociedade e Mudança Política* (Celta Editora, Oeiras, 2003).

O Colóquio que deu origem a este volume foi realizado no ISCTE em 2001 e reuniu investigadores das áreas da História, Sociologia e Ciência Política que se dedicam à análise de diversas elites da sociedade portuguesa. Neste ponto gostaria de salientar a interdisciplinaridade que se concretizou nesta obras e que eu estou a realizar na prática, uma vez que tenho uma formação em História e estou a trabalhar neste momento na Ciência Política. Com o CIES pretendo aprender a trabalhar com novos

instrumentos e novas linguagens, ao mesmo tempo que espero contribuir, para quem estiver interessado, com os meus conhecimentos, métodos de trabalho e conhecimento das fontes. Acrescento ainda que em ambas as teses que escrevi recorri a métodos de trabalho emprestados da Sociologia e da Antropologia: a recolha de fontes orais que realizei para os meus trabalhos teve como suporte teórico os trabalhos de cientistas sociais das mais variadas áreas, mas muito pouco de historiadores, os quais, em muitos casos, ainda consideram esta abordagem pouco científica.

No que diz respeito ao trabalho já realizado, enquanto as elites locais do norte alentejano, mais concretamente os presidentes das câmaras do distrito de Portalegre, foram maioritariamente substituídas em consequência da transição para a democracia (os grupos sócio-profissionais dominantes eram os dos grandes proprietários rurais e licenciados e passaram a ser os dos funcionários com habilitações médias e, nalguns casos, superiores, e os professores primários e secundários, ambos sem qualquer ligação à propriedade fundiária), outras elites de outras regiões do país demonstraram uma permanência não apenas dos indivíduos, mas também do enquadramento social de origem dos seus membros e do capital escolar e profissional que adquiriram. Foi precisamente este o ponto de partida para o projecto agora proposto e que prevê o alargamento do âmbito geográfico do estudo das elites locais a todo o território nacional, mantendo-se, porém, o âmbito cronológico, com início em 1937, ano em que, segundo o Código Administrativo de 1936, as comissões administrativas do período da Ditadura Militar, e que eram compostas maioritariamente por militares, tinham de ser dissolvidas. Até final deste ano foram nomeados todos os presidentes efectivos das câmaras, cargo para o qual transitou grande parte dos presidentes das comissões administrativas. Ao contrário do período de 1974, no qual houve uma ruptura quase total. O período estudado termina com as eleições de Dezembro de 2001 e os últimos eleitos nessa data.

Com a consulta das diversas fontes expostas de seguida pretendo elaborar uma lista detalhada de nomes, completada com informações relativas a idades, datas, duração de mandatos, escolaridade, classificações profissionais e enquadramento social e familiar, além de percursos políticos anteriores e posteriores<sup>1</sup>, para caracterizar estes

---

<sup>1</sup> A ficha tipo dos indivíduos inclui os seguintes campos: nome, cargo, distrito, concelho, cargo, classificação profissional / título apresentado na fonte, grupo profissional, reformados ou militares na reserva, habilitações – escolaridade, data da primeira informação, data de posse, data da nomeação (até 1976) ou da eleição, D.G. / D.R., II<sup>a</sup> série, final do mandato ou

grupos nos três períodos em causa – Estado Novo, transição revolucionária de 1974-1976, Regime Democrático (a partir das primeiras eleições autárquicas realizadas no dia 12 de Dezembro de 1976) – e assim detectar:

- permanências ou mudanças nas formas e critérios de recrutamento;
- diferenças ou semelhanças regionais (Norte/Sul, litoral/interior, associando a critérios como a distribuição da propriedade, industrialização, aspectos demográficos, composição social e sectores de actividade económica, religiosidade, entre outros);
- mobilidades políticas e territoriais.

Com este projecto, pretendo responder, na medida do possível, às seguintes questões: Quem constitui o poder local? Quais os grupos sócio-profissionais que ocuparam os principais cargos dos municípios portugueses e quais os critérios de recrutamento? Qual a sua evolução e comportamento durante a segunda metade do século XX, nos últimos anos de Estado Novo e perante a transição política resultante da Revolução de 25 de Abril de 1974?

No fundo, o que se almeja é um conhecimento mais rigoroso e fiável do grupo das elites portuguesas que representam e têm um papel mediador entre as populações locais e o poder central (Ruivo, 1990). Esse papel sofreu uma evolução, as suas características foram alteradas com a transição para a democracia, e os actores que o desempenham também têm uma evolução histórica que tem de ser analisada e sistematizada, para além dos lugares-comuns e das imagens que são transmitidas pelos habituais meios de comunicação. No fundo é isto que distingue um trabalho de “investigação social” (Quivy e Campenhoudt, 1992, 17). O retrato sociológico que será construído para este grupo poderá até vir a confirmar a percepção sensorial que se tem dele, mas, espero, certamente também revelará subtilezas, contrastes, permanências e mudanças, que contribuirão para um melhor conhecimento da face mais visível do Estado e do Poder para os cidadãos. As características sociológicas deste grupo serão confrontadas com as de outros grupos de elite, como por exemplo os ministros, já analisados por António Costa Pinto e Pedro Tavares de Almeida, ou os deputados, por Rita Almeida de Carvalho e Tiago Fernandes no Estado Novo, e por André Freire no período democrático. Serão também confrontadas, na medida do possível, com as elites

---

exoneração, duração do mandato, partido político (depois de 1976), local de nascimento, data de nascimento, idade na tomada de posse, género, notas (onde escrevo as relações entre pessoas, cargos exercidos, parentescos, mobilidade geográfica e política, percursos de vida).

de outros países europeus e mesmo da América, Ásia e África, para os quais me encontro a realizar o respectivo levantamento bibliográfico.

## **2. Metodologia e fontes**

Naturalmente que o início de qualquer trabalho científico, após o estabelecimento do tema e da hipótese a provar, é a leitura de *tudo* o que tiver sido escrito previamente sobre o tema. A recolha bibliográfica está agora muito mais simplificada do que até há poucos anos. Em segundos temos aceso através da Internet à Biblioteca Nacional e à base de dados das bibliotecas de todas as universidades portuguesas, além da Biblioteca do Congresso Americano ou de qualquer biblioteca nacional de países civilizados. Em simples pesquisas sobre elites locais ou sobre a localidade que pretendemos estudar temos imediatamente listas enormes de títulos que temos a obrigação de consultar na medida das nossas possibilidades. A leitura das principais obras de referência fornece-nos o enquadramento teórico necessário, nem que seja para que o nosso trabalho prático o venha contradizer. É essencial a elaboração de uma lista de obras a consultar, com a respectiva localização e as cotas da biblioteca a consultar. E depois a nossa lista de obras já lidas, acompanhada das fichas de leitura de cada uma.

### **2.1 – Enquadramento legislativo e cronológico**

Os estudos sobre elites locais não podem ser desenquadrados da realidade nacional. O ponto de partida de qualquer investigação que se pretende rigorosa é uma recolha intensiva de toda a legislação respeitante ao tema que se pretende aprofundar e da história do período em causa (ver exemplo no anexo). A intensidade com que os acontecimentos políticos a nível central se reflectem no local é sempre uma das principais preocupações do investigador. E, naturalmente, as reacções e as alterações (ou ausência delas) produzidas pelos períodos de transição nos diversos grupos sociais analisados são objecto privilegiado de análise. Os estudos sobre elites locais têm tendência para se situarem cronologicamente em períodos revolucionários e contribuem para a avaliação do impacto dessas mesmas revoluções, cuja intensidade não pode ser medida apenas pelo movimento social que provocou nos grandes centros. Também é fundamental ter presente a cronologia da legislação, especialmente para o apuramento

da origem e iniciativa dos movimentos sociais desencadeados em épocas específicas. Estes movimentos nunca surgem do vácuo: têm motivações muito precisas e a percepção da sua subordinação ou reacção a directivas do poder central é essencial para a sua caracterização.

## **2.2 – Nomeações**

Outra interferência do poder central no local encontra-se nas nomeações do pessoal político e administrativo. Ao longo do século XX as elites políticas locais sofreram uma evolução no seu processo de selecção: durante o período monárquico e na Primeira República as câmaras eram eleitas; no Estado Novo eram nomeadas, e, a partir de 1976, voltou a haver eleições, pela primeira vez com sufrágio universal. Nos períodos de transição, entre 1926 e 1937 e entre 1974 e 1976 houve comissões administrativas nas câmaras municipais, nomeadas directamente pelos Ministérios do Interior ou da Administração Interna. Portanto, temos um período de 50 anos em que os presidentes e vogais ou vereadores foram nomeados directamente pelo poder central. Essas nomeações foram publicadas no *Diário do Governo*, mais tarde *Diário da República*, fonte que estou a utilizar actualmente para a recolha dos nomes e, em certos períodos, das profissões dos indivíduos a analisar. É uma recolha intensiva, e cronológica, que implica folhear vários anos desta publicação e ir construindo um puzzle que eventualmente irá preencher todo o território nacional.

## **2.3 – Arquivos nacionais**

Em seguida estas informações serão confrontadas com as do arquivo do Ministério da Administração Interna depositado no Instituto do Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Será neste arquivo central que farei grande parte da pesquisa, especialmente nos fundos do Gabinete do Ministro (processos, correspondência recebida, nomeações, exonerações e recolocações, discursos nas tomadas de posse, etc.) e no da Direcção Geral da Administração Política e Civil, onde se encontram informações preciosas sobre os indivíduos em causa, assim como as opiniões das populações locais sobre eles, enviadas ao ministro e ao governador civil em relatórios, pareceres, telegramas, ofícios, cartas pessoais e abaixo-assinados. Para completar a recolha realizarei deslocações pessoais às sedes de distrito e de concelho que forem

necessárias para consulta directa das fontes locais nos arquivos dos respectivos governos civis e câmaras municipais.

Para o período democrático, as informações sobre os eleitos encontram-se no STAPE – Secretariado Técnico dos Assuntos para o Processo Eleitoral, do Ministério da Administração Interna, onde existem fichas dos registos de eleitos locais em microfichas e CDRom<sup>2</sup>. Alguns trabalhos sobre a caracterização dos eleitos locais já foram publicados por funcionários desta instituição, mas ainda terei um trabalho intenso de síntese. A sua tabela de categorias profissionais foi adaptada da Classificação Nacional de Profissões, que, por sua vez, terá de ser conjugada com as necessidades deste projecto para possibilitar o estudo comparativo que se pretende realizar. Assim, cheguei (provisoriamente) à seguinte tabela de grupos sócio-profissionais:

1. Quadros Superiores e Dirigentes da Administração Pública e Empresas.
2. Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas.
3. Oficiais do Exército.
4. Outros militares.
5. Professores.
6. Empresários / Industriais.
7. Proprietários.
8. Agricultores.
9. Comerciantes.
10. Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio.
11. Funcionários Públicos.
12. Padres.
13. Pessoal Administrativo e Similares, Pessoal dos Serviços e Vendedores.
14. Bancários.
15. Trabalhadores Rurais.
16. Pescadores.
17. Operários, Artífices e Operadores de Máquinas.
18. Domésticas.
19. Estudantes.
20. Desempregados.
21. Nobres.

A categoria dos “Aposentados” ficou separada das outras no intuito de distinguir, se possível, a profissão de origem.

Quanto à classificação profissional e o enquadramento social e familiar dos indivíduos em estudo e seus percursos sociais e políticos prévios e posteriores ao

---

<sup>2</sup> A partir do Decreto-Lei nº 701-B/76, de 29/9/1976, que estabelece no seu art. 155º: as câmaras municipais devem enviar ao STAPE, até 30 dias após as eleições, o nome, o nº do BI, profissão, idade, cargo, residência, naturalidade, habilitações literárias e partido dos cidadãos eleitos.

exercício do cargo, para além das informações fornecidas pelas fontes acima citadas é fundamental a consulta dos anuários comerciais, da imprensa local, regional e nacional e das monografias locais existentes, assim como dos anuários comerciais. Os *Boletins Municipais* também podem ser analisados, se bem que as informações que dizem respeito a este trabalho sejam muito limitadas. Estes órgãos informativos contém informações sobre a vida municipal, alguma propaganda às realizações da câmara e geralmente são editadas pelo próprio presidente, o que pode ter interesse para quem estude a evolução das obras das autarquias, ou as deliberações municipais, mas nada dizem sobre os autarcas propriamente ditos. Nos casos de presidentes militares, na maior parte dos casos oficiais do exército na situação de reserva, justifica-se o recurso ao Arquivo Histórico Militar.

Esta avaliação será interessante para o apuramento de mobilidades políticas verticais e do impacto da revolução nas carreiras e percursos de vida das elites locais, considerando que este grupo foi declarado inelegível tanto para a Assembleia Constituinte, como para as autarquias locais. Salientam-se ainda os numerosos casos de profissionais das mais diversas áreas que ocupam cargos de presidente e vereador nas câmaras na situação de reforma: enquanto nas câmaras capitais de distrito ou de importância relevante em qualquer área as carreiras políticas podem levar a uma ascensão a outros cargos políticos, como governador civil, deputado ou mesmo no governo central, nas câmaras de menor importância são muito frequentes os casos de pessoas que exerceram a sua vida profissional naquele ou noutra concelho e que, depois de reformados e de volta à vila ou cidade de origem, se dedicam à administração local.

#### **2.4 – Arquivos locais**

As alternativas a nível local são a consulta dos livros de actas das câmaras, onde eram registadas as tomadas de posse dos presidentes e vereadores, além dos assuntos comuns tratados nas reuniões. A sua consulta implica uma ida aos arquivos municipais de cada concelho, os quais por vezes estão completos e acessíveis, mas outras não. Em certos casos os livros estão degradados e ilegíveis, ou desapareceram das prateleiras, sem explicação. Claro que nestes arquivos há sempre material suplementar que pode ser utilizado e que nos fornece informações por vezes muito importantes: os livros de correspondência da câmara e os livros do recenseamento eleitoral, nos quais se

encontram informações sobre as categorias profissionais dos indivíduos, a idade e a freguesia de origem. Para o período da monarquia as informações são muito mais completas, pois a capacidade de eleitor estava relacionada com critérios de rendimento, que vinham perfeitamente descritos e explícitos. Felizmente estes critérios foram abolidos, mas infelizmente para o historiador.

Os arquivos locais e distritais têm ainda outro tipo de fontes que nos permitem desenhar um retrato mais completo dos indivíduos a estudar. Mas isto apenas no que diz respeito a épocas mais remotas. Por exemplo, os livros de décimas, uma preciosidade ainda por explorar, e que revela muito mais do que se pode supor numa primeira abordagem. O imposto da Décima, ou Décima Militar foi criado pela lei de 5 de Setembro de 1641 para fazer face às despesas mais urgentes que o Governo de D. João IV enfrentou após a Restauração. Este imposto consistiu numa contribuição geral sobre a propriedade e o trabalho, e os respectivos rendimentos. A reforma fiscal de Mouzinho da Silveira em 1832 substituiu a décima por novas modalidades de contribuições, perdendo-se assim, a nível local, uma fonte preciosa para o apuramento dos rendimentos de cada indivíduo, das propriedades urbanas ou rústicas que possuía, as rendas que recebia, ou o trabalho que aí desenvolvia, a respectivas localização e o número de criados que empregava e sobre os quais pagava também contribuições, às quais se chamava “maneio”. Esta fonte, ao contrário das que lhe seguiram, como o recenseamento eleitoral, apresenta a vantagem de incluir mulheres e pobres, grupos ausentes das seguintes. Isto porque as mulheres também eram proprietárias ou desenvolviam actividades profissionais colectáveis, como comerciante, ou senhoria. E os trabalhadores independentes também tinham de pagar o seu próprio “maneio”, por mais pequeno que fosse. Esta fonte, entre muitas outras, foi explorada por mim para um projecto intitulado PACO – *Projecto de Análise e Classificação das Ocupações*, desenvolvido no ISCTE entre 1998 e 2002 sob a direcção do Prof. Doutor Nuno Madureira, e que deu origem à obra em 3 volumes *História do Trabalho e das Ocupações*, publicado pela Celta em 2002. O volume no qual participei foi publicado sob a forma de um dicionário de profissões agrícolas, organizado por Nuno Gonçalo Monteiro e Conceição Andrade Martins – *A Agricultura: Dicionário das Ocupações*. Este trabalho implicou a recolha de todas as fontes referidas até agora, além de arquivos de casas agrícolas, onde encontrámos as designações mais correntes para as categorias

profissionais ligadas ao trabalho do campo, a sua hierarquia na organização do trabalho e respectivos salários.

Outra fonte fundamental para o apuramento das categorias profissionais e das relações pessoais, familiares e hierárquicas que se estabelecem a nível local é o Registo Paroquial, geralmente depositado nos arquivos distritais, ou, em Lisboa, nos microfilmes da comunidade mórmon. Ferramenta dos genealogistas, para o historiador de uma comunidade local é muito reveladora não só de parentescos (o nome não é de modo nenhum suficiente, pois o estabelecimento dos apelidos não era nenhum fixo, variando entre irmãos de forma por vezes surpreendente), como de teias de solidariedade e de prestígio. Os registos de baptismo, casamento e óbito permitem-nos estabelecer percursos de vida e profissionais e as informações sobre cônjuges, sogros, padrinhos, testemunhas, etc., revelam-nos informações geralmente impossíveis de adquirir noutras fontes. Como nota de curiosidade, para a secção da agricultura do PACO foram apuradas 1.436 categorias profissionais, das quais 1.305 masculinas e 278 femininas (Almeida, 2002), que no dicionário foram agrupadas em categorias mais gerais, por sua vez incluídas em três grupos de referência: 1. Proprietários, lavradores, rendeiros; 2. Trabalhadores; 3. Outros.

Para completar as informações sobre os indivíduos apurados, nada como a consulta dos inventários por morte ou doação de bens em vida, para uma reconstituição dos seus patrimónios. Estes elementos podem ser encontrados nas secções de finanças ou nos tribunais, no caso de processos judiciais instaurados pela existência de órfãos. Nos registos prediais e nos serviços de notariado podemos ainda encontrar as escrituras de compra e venda de bens imobiliários e as constituições de sociedades e de cooperativas, com as respectivas listas de sócios.

Quanto aos já referidos arquivos das casas agrícolas, é muito raro encontrarmos em Portugal arquivos privados minimamente organizados. E, se no caso do Alentejo falamos de casas agrícolas, o mesmo se aplica a outro tipo de actividade empresarial. Os próprios bancos estão muito pouco estudados por pura falta de dados, o que torna muito difícil o estudo das elites empresariais portuguesas e impossível a sistematização da própria disciplina da História Empresarial, uma parte importante da História Económica e Social. Para o estabelecimento de comportamentos económicos e empresariais é necessário um mínimo de registos escritos da actividade profissional dos indivíduos. Três historiadoras portuguesas conseguiram o prodígio de tirar ilações importantíssimas

dos *Pandemónios* de João Maria Parreira Cortez, um diário escrito por um lavrador alentejano entre 1866 e 1889 e felizmente preservado pelos seus descendentes (Martins, Matos, Bettencourt, 1982). Mas este é um caso raro, ao qual se juntam os arquivos de José Maria Eugénio de Almeida, preservados numa fundação em Évora e a serem estudados por Hélder Fonseca, ou a casa vinícola de José Maria da Fonseca em Azeitão, cujo arquivo foi literalmente limpo pelas mãos da historiadora Cristina Joanaz de Melo (que passou anos a seleccionar papéis do arquivo morto da casa e a inventariá-los) e cuja história está actualmente a ser escrita por Conceição Andrade Martins. No que diz respeito a bancos, a família Espírito Santo teve a sensibilidade de contratar um historiador, Carlos Alberto Damas, para lhe organizar um arquivo e produzir alguns elementos para a história desta família empresarial, assim como a CUF e o BCP têm a sua história e a do seu fundador escrita por Miguel Figueira de Faria. O próprio comportamento económico do Banco de Portugal, incluindo a análise sociológica dos seus funcionários, só recentemente foi estudado por Jaime Reis. Foram igualmente produzidas algumas obras sobre indústrias de moagens (Ferreira, 1999), de vidro (Mendes, 2002), de cerâmica (Assunção, 1997). De salientar também a obra de síntese de Antónia Pedroso de Lima sobre a elite empresarial de Lisboa, a colectânea de biografias de *Empresários Portugueses do Século XX* escrita pelo jornalista Filipe Fernandes e as *Mulheres na vida empresarial*, de Maria das Dores Guerreiro.

De qualquer modo, no que diz respeito a fontes, todos estes investigadores tiveram um trabalho de paciência de grande importância para o conhecimento destas famílias empresariais. Mesmo ultrapassando as reservas iniciais dos proprietários actuais dos livros de contabilidade e dos arquivos privados, há depois um trabalho minucioso de levantamento das informações, por vezes muito dispersas e com tantas lacunas que é geralmente impossível construir um conjunto de dados que permitam o estabelecimento de séries mínimas. No entanto, mesmo com informações soltas é muitas vezes possível construir um retrato da situação de uma “casa”, pelo menos em períodos limitados. Eu consegui apurar o movimento de criados de duas casas agrícolas do concelho de Avis, e respectivas remunerações e designações profissionais, assim como a evolução económica da própria “casa” ao longo de alguns períodos do século XX, com a análise da contratação de “ranchos” para trabalho temporário ou da aquisição de máquinas agrícolas e contratação de trabalhadores especializados para as operar. Curiosamente, uma das mais importantes casas do concelho de Avis, a Abreu

Callado, actualmente gerida por uma fundação, foi a que menos condições me ofereceu para estudar o seu arquivo, que é simplesmente inexistente e se dispersa pelas gavetas da mesa-de-cabeceira e da sala dos senhores que já morreram há mais de 60 anos. Até numa fundação há pouca sensibilidade para organizar minimamente um arquivo histórico ou para contratar alguém competente para o fazer. Ou até para disponibilizar ao público a visita ao autêntico museu de alfaias agrícolas que possuem ou à casa da família, conservada exactamente como na data da morte do seu último representante, com as gavetas cheias de roupa, as loiças nas cristaleiras, a mesa posta com as toalhas e as pratas. Se eu pude vasculhar e fotografar este monumento parado no tempo e representativo da vida quotidiana de uma família da elite rural alentejana, porque é que outras pessoas não o podem também fazer?

## **2.5 – Outras fontes locais**

Consoante a disponibilidade do investigador e o desejo de aprofundamento do tema, será também interessante em cada concelho realizar algumas entrevistas no local para levantamento da memória oral relacionada com o tema, além de ajudar a estabelecer as relações familiares e apurar as diversas opiniões locais sobre as personalidades em causa, o que certamente ajuda na construção do retrato das elites.

A recolha da memória oral implica 3 fases distintas:

1. a preparação das entrevistas, com a respectiva fundamentação teórica e metodológica;
2. as entrevistas propriamente ditas;
3. a transcrição das gravações, a análise da linguagem e dos temas recorrentes, e a respectiva integração nos capítulos correspondentes da obra final.

Como suporte teórico para a primeira fase eu estudei os clássicos Paul Thompson e Georges Granai, que nos ensinam a realizar entrevistas não dirigidas, mais parecidas com uma conversa informal do que com um inquérito policial, e que eu considerei as mais adequadas à população e ao tema em causa. Não cheguei ao extremo de utilizar a observação participativa sugerida por Giddens para o trabalho de campo, como o fizeram José Manuel Sobral ou Miguel Vale de Almeida. Antes segui a técnica do apuramento de Histórias de Vida, cada vez mais usadas na Antropologia e na Sociologia em consequência da crescente importância atribuída à utilidade da memória oral e dos documentos pessoais na investigação em Ciências Sociais. Este tipo de

recolha inspirou-se no trabalho pioneiro de Hamilton Holt, o editor do jornal *Independent* que em 1906 reuniu num livro os relatos que a sua equipa de jornalistas recolheu por todos os Estados Unidos da América. O seu objectivo era deixar os homens comuns falarem, o que resultou num livro de grande interesse humano e com uma enorme importância histórica e sociológica. Naturalmente, tive a tentação de copiar o estilo, expondo as *life stories* dos meus *undistinguished* alentejanos *as told by themselves* de forma integral e exaustiva, o que se tornou impossível devido aos limites de espaço do trabalho.

Nos últimos anos teorizaram-se duas novas metodologias: a etnobiografia e as histórias de vidas cruzadas, desenvolvidas por Jean Poirier e por Franco Ferraroti. Infelizmente, entre os historiadores portugueses este tipo de abordagem está por desenvolver, sendo por alguns ainda considerada depreciativamente como “jornalismo”. Continua a ser sobretudo na área da Antropologia que se desenvolvem os trabalhos mais interessantes, como é o caso do de Paula Godinho ou da tese de Inês Fonseca.

No que diz respeito à recolha desta fonte, verifica-se um fenómeno curioso que condiciona o trabalho do historiador e a escolha do seu objecto de estudo. Porque estudar as elites e não estudar o trabalhador rural ou o trolha? Porque sem dúvida que estudar as elites locais é mais fácil que estudar os “outros”. O meu objecto de estudo até agora tem sido o Alentejo, caracterizado por uma sociedade perfeitamente bipolarizada, onde os grupos intermédios tinham uma importância demográfica muito pouco significativa. Como José Cutileiro deixou bem explícito, no Alentejo havia os *Ricos* e os *Pobres* e as características de cada grupo estavam bem definidas e não deixavam margem para grandes dúvidas. Ora, não nos podemos esquecer que em todo o processo de recolha desta fonte é necessário ter presente algo muito óbvio, mas geralmente pouco lembrado: os *ricos* têm muito mais auxiliares de memória do que os *pobres*, assim como deixam muito mais vestígios físicos, que são precisamente o que os distingue, de forma visível, e que cria uma barreira praticamente intransponível entre os grupos, para além de outros capitais, como os títulos académicos, e outros. No meu trabalho de recolha de memórias para o estudo da Reforma Agrária pude apurar que os meus entrevistados se lembram dos pais e às vezes mal... Isto porque, segundo José Sobral, “A memória destes grupos é estritamente oral. São escassos os objectos que possam servir como suportes da memória verbal (...) Não há geralmente documentos escritos que sirvam de apoio à memória oral. Poucos os objectos ou ouro que se herdou. Não há retratos que permitam

reavivar com nitidez a imagem física dos desaparecidos (...) dada a escassez ou inexistência de suportes mnésicos, não é de estranhar que as memórias deles sejam restringidas em termos de projecção retrospectiva. Ao esquecimento involuntário há que juntar aquilo que se deseja ocultar...”. Em suma: “É uma memória dolorosa”. Do lado oposto, “o mundo dos proprietários é completamente distinto. Desde logo, porque a memória familiar – as recordações reais ou imaginárias de antecessores – é parte fulcral da afirmação da sua proeminência social (...) depois, porque esta se apresenta objectivada em múltiplos suportes mnemónicos e, além da oralidade, passa pela escrita” (Sobral, 1995, 299).

Não há dúvida que os grupos sociais mais privilegiados possuem inúmeros bens materiais que transmitem às gerações seguintes. Qualquer família “que se preze” conhece, porque possui ainda, os objectos dos seus antepassados: as casas, as propriedades, as jóias e o mobiliário, para além de uma série de relíquias que transmitem imagens do passado e que estão associadas a histórias, eventos, momentos e ritos de passagem, como por exemplo as fotografias, as roupas usadas em ocasiões mais solenes, os lençóis de linho com rendas e bordados do enxoval da tia, a toalha do baptizado da criança, o casaco feito com as peles do gato bravo ou das raposas que o avô caçou, a colecção de espingardas e os troféus do concurso de tiro ao alvo, a colecção de livros e as revistas da Segunda Guerra Mundial, a máquina de bordar da avó, a máquina de escrever do pai, a máquina fotográfica usada nas viagens a Sevilha para ver os touros, os tinteiros de prata e as primeiras canetas. Toda esta parafernália é ainda completada pelos documentos, os títulos de propriedade, as escrituras, os livros de contas das herdades, ou apenas as caixas com papéis soltos e facturas onde o avô lavrador anotava a sua vida. Salientam-se também os jazigos e sepulturas nos cemitérios, parte fundamental do seu trabalho de representação, nos quais os nomes e as datas também constituem preciosos auxiliares de memória. A visita aos cemitérios pode ser uma experiência algo perturbadora, mas é muito útil nos seguintes aspectos: comparação entre a cidade dos mortos e a cidade dos vivos; a disposição das campas e dos jazigos, a sua monumentalidade e decoração, as famílias mais destacadas e as menos, as datas de morte e os nomes completos dos falecidos ajudaram na elaboração das árvores genealógicas e todo este conjunto de elementos permite um retrato do grupo estudado nas suas formas de demarcação dos restantes grupos.

Para além deste capital material que preserva e transmite o passado e as memórias familiares e de grupo, as elites nos meios rurais possuem uma tradição de oralidade muito forte, estimulada nos momentos de sociabilidade que eram e continuam a ser praticados com toda a intensidade e nos quais os antepassados são sempre evocados. Estes momentos incluem os serões passados à lareira ou à volta da camilha com os pés perto do braseiro a contar histórias e a rememorar eventos, nos quais os mais novos ouvem silenciosos e muitas vezes incrédulos as proezas dos caçadores e outras histórias afins, mas também os diversos almoços, lanches e jantares, oferecidos nas melhores baixelas e nos quais se saboreiam as iguarias tradicionais. E as caçadas, com os respectivos pequenos-almoços pantagruélicos, seguidas de almoçadas às 5 da tarde, ainda mais exageradas, com o guarda-roupa apropriado e acompanhada dos melhores vinhos e, conseqüentemente, de histórias ainda mais recamboscas. E, para completar, as “festas”: desde as ceias de Natal e passagem-de-ano até aos aniversários, casamentos e baptizados, sem esquecer os rituais de passagem como a primeira comunhão, as “despedidas de solteiro”, e todas as outras situações que passam pela imaginação de quem tem tempo e dinheiro disponível para gastar.

Todos estes eventos têm objectivos muito concretos, além da celebração propriamente dita: preservam laços familiares, promovem o encontro de várias gerações dentro mesma família e as relações com parentes mais afastados e com as famílias vizinhas e amigas, e ainda exibem poder económico e social. E sobretudo servem para serem recordados, com as inevitáveis fotografias que se somam aos relatos e comentários que se fazem nas semanas seguintes. Constrói-se assim um capital simbólico de memória sobre um suporte material muito forte. A sua conjugação permite transmitir e preservar um passado e uma ancestralidade que são repetidos à exaustão e muitas vezes até retocados. E é claro que os retoques são intencionais (Tonkin, 1995): o avô foi sempre o melhor lavrador da freguesia, ou mesmo da região, o que mais emprego deu, mais infra-estruturas criou, mais obras sociais promoveu. O que é mencionado e o que é esquecido não altera propriamente o passado, mas molda-o segundo as conveniências. David Lowenthal chamou a isto recordações selectivas, justificadas pela subjectividade do emissor. Para o autor há três motivos para alterar a História e o passado em geral: “to improve the past itself or the lot of those who live in it; to better present circumstances by changing what has led up to them; and to ensure

the stability of the present by altering (or protecting) the past against interference by others” (Lowenthal, 1985, 26).

Se no grupo dos *ricos* se pode de facto alterar ou seleccionar alguns pormenores de um passado tantas vezes repetido e lembrado, os *pobres* não têm muito que lembrar ou alterar, intencionalmente ou não. O suporte material é praticamente inexistente. A “casinha” que os pais tinham “de renda” ou já nem existe ou está nas mãos de outra pessoa, geralmente alterada de forma irreconhecível. Também não se encontram objectos transmissíveis, pois não eram suficientemente duráveis para passar de geração. Quanto às imagens, se nas últimas décadas se generalizou o uso e a posse de máquinas fotográficas, para não falar das câmaras de vídeo que registam à exaustão qualquer evento por mais insignificante que seja, até aos anos 70 do século XX os registos fotográficos estavam restringidos a um grupo de privilegiados. O retrato, geralmente tirado por um fotógrafo profissional, era preparado com todo o requinte e constituía um marco na vida do indivíduo. Os trabalhadores rurais não tinham acesso a tal luxo. Nem no dia do casamento. Nas suas casas, entre a exposição obrigatória das caras dos filhos e dos netos, dificilmente encontramos alguma fotografia dos próprios, ou dos pais e muito menos dos avós. Uma das minhas entrevistadas mostrou-me com orgulho a fotografia do pai, tirada por um estranho de passagem por Avis. Ao contrário das tentativas para embelezar o passado, comuns entre os *ricos*, neste caso verificou-se uma intenção de salientar os aspectos negativos, sem qualquer tipo de humilhação: a pobreza de um velhinho, sentado a uma soleira de uma porta com as calças remendadas, a fumar uma beata, tudo exposto e descrito com um enorme carinho por parte da filha. Nota-se até em alguns casos uma certa vaidade em falar sobre o tempo de miséria que se viveu: as pessoas que são declaradamente de origem humilde fazem questão de salientar o facto de terem trabalhado desde crianças e até de terem pedido esmola.

A um capital material tão ténue soma-se uma enorme falta de momentos de sociabilidade para além dos que eram proporcionados nas idas e vindas do trabalho e nalgumas festas de final de colheitas, bailaricos de Carnaval, ou nas feiras. Se os casamentos ainda reuniam alguma família mais próxima, os aniversários, o Natal, os baptizados, etc., eram simplesmente ignorados ou inexistentes. A ausência destas cerimónias que estimulam o contacto e a intimidade nas famílias constituía de facto uma falta de estímulo aos laços familiares, que acabavam por se diluir ou até desaparecer, sobretudo quando ao excesso de trabalho se juntava a distância provocada pela

emigração. Por isso, quando inquiridos sobre outras gerações da sua família, ou até sobre primos e irmãos mais velhos, notou-se entre os meus entrevistados alguma hesitação. Os conhecimentos sobre os parentes que não viveram na mesma casa, no mesmo monte ou na mesma vila é muito escasso. Pudera: se nunca se encontravam! E se, ainda por cima, nada havia a transmitir de agradável sobre eles... Os serões à lareira não eram propriamente momentos de prazer, se é que se realizavam. O conforto que não se encontrava dentro de casa era muitas vezes procurado nas tabernas (caso vivessem na vila ou na aldeia), onde se estabeleciam relações por vezes mais fortes do que com os familiares. A oralidade também nunca foi o forte deste grupo. Encontramos, entre os trabalhadores rurais, alguns que são autênticos poetas populares e contadores de histórias, mas pode dizer-se que são casos excepcionais. Em geral estes homens falam pouco, especialmente sobre algo que os aborrece. Como e para quê contar aos filhos a vida de miséria que o avô passou, se eles próprios conheciam a sua? Era algo sobre o qual não se falava. Mas não estava esquecido. Algures na memória estava guardado o sentimento. E o ressentimento...

A partir dos contrastes assinalados podemos apurar comportamentos e estilos de vida que nos ajudam a construir retratos dos grupos que se pretendem analisar. Ficamos também com a noção das imagens que cada grupo tem do outro. Por todos estes motivos, as fontes orais são algo que tem de ser utilizado de forma muito ponderada. A selecção dos entrevistados não é fácil e implica um processo moroso de apresentação, estabelecimento de uma relação de confiança, enfim, um trabalho de grande sensibilidade, tendo em atenção o grupo etário em causa e os temas, por vezes difíceis, que são abordados. As entrevistas propriamente ditas por vezes apresentam aspectos emocionais com os quais é preciso saber lidar, dado o facto das descrições de percursos de vida incluírem quase sempre situações de doença e sofrimento que, ao serem evocadas, chegam a provocar lágrimas. Claro que no final o resultado é quase sempre enriquecedor para o nosso trabalho, por isso é uma fonte que eu recomendo vivamente. Não nos podemos esquecer que o grupo que passou pelo processo de transição para a democracia está a chegar a uma idade crítica. Dos meus 63 entrevistados, 11 já morreram, um deles seis dias depois da minha entrevista. Se esta recolha não se faz agora, perde-se para sempre.

## **2.6 – Literatura**

Na minha tese de doutoramento atrevi-me a utilizar uma fonte considerada muito pouco ortodoxa: a literatura. Um dos meus arguentes, o Prof. Doutor António Reis, elogiou-me a coragem e a capacidade de absorver as informações que ele tinha transmitido na sua disciplina de História Cultural e das Mentalidades. De facto, muito poucos historiadores se lembram dessa fonte preciosa para o estudo de uma época, de uma região e de um modo de vida em relação ao qual todos somos naturalmente estrangeiros. E, quem melhor que os melhores autores literários para nos levar numa viagem a esses lugares estranhos e cujo ambiente nós não conseguimos abarcar apenas com a crueza das fontes atrás expostas? No que dizia respeito ao tema da reforma agrária, aos seus antecedentes sociais e psicológicos, e ao meio rural alentejano em geral, a escolha recaiu sobre os autores neo-realistas portugueses, cujos mais significativos representantes são muitas vezes esquecidos: Alves Redol, Fernando Namora, Manuel da Fonseca, e, mais tarde, José Saramago, Mário Ventura e António Lobo Antunes. Quem estuda o Norte de Portugal não pode esquecer-se de ler Júlio Dinis, Eça de Queirós e Agustina Bessa-Luís. Isto para só lembrar os mais óbvios. Basicamente o que se pretende é que o cientista social não esteja desligado da realidade, seja ela mais erudita ou mais popular. As caricaturas e a Banda Desenhada não são uma fonte menos digna do que o relatório do Banco de Portugal sobre a situação do país, ou o discurso do presidente sobre o Estado da Nação. E a *vox populi* sobre o presidente da câmara ou sobre o industrial do concelho também tem de ser considerada para a construção da sua imagem. A literatura tem neste aspecto uma importância central, pois reflecte imagens transmitidas, por mais filtradas que elas estejam por condicionalismos ideológicos ou outros. Tal como nas fontes orais, também nestas encontramos representações sobre o poder e os indivíduos ou grupos que o exercem.

## **Conclusão**

Estas são apenas algumas fontes e métodos de trabalho que eu já utilizei no meu percurso académico e nos projectos que desenvolvi. Tal como se pode ler no anexo a que chamei “Fontes: Roteiro básico”, o resto fica à imaginação de cada um. A história das elites locais implica ainda uma visita física ao objecto de estudo. Um passeio pela sede do concelho, pelas freguesias, uma caminhada pelas zonas rurais. Ler um mapa é um exercício sem dúvida muito esclarecedor, mas a noção do local é fundamental. O que se apreende pode valer a viagem e, se não substitui, pelo menos completa grande

parte do trabalho de pesquisa que se efectuou em todas as fontes atrás referidas. A observação das ruas e das casas das vilas e aldeias, e a análise da sua disposição (mais ao centro, ou em ruas novas, junto à praça principal ou à igreja, etc.), assim como o levantamento dos nomes das ruas e das placas comemorativas colocadas no hospital, no centro de saúde, na sede da Misericórdia, todos estes elementos nos oferecem de bandeja os nomes dos notáveis locais. A sua ausência destes marcos também pode reflectir a falta de consideração que a população tinha por eles. São subtilezas que se apreendem apenas no local, de preferência com a ajuda de algum cicerone de mais idade. Tudo isto completado com a observação dos cemitérios locais.

Naturalmente que num projecto mais abrangente, como o meu actual que abarca todo o território nacional, esta última parte é humanamente impossível de concretizar. Por isso reduzi os parâmetros a investigar. Em vez de um retrato completo das elites locais como realizei para o concelho de Avis, limitei o campo de investigação aos presidentes da câmara e governadores civis, e, sobre estes, se conseguir obter as informações mínimas atrás descritas, já me darei por muito satisfeita<sup>3</sup>. Isto porque o que eu pretendo é uma análise comparativa, para a qual agradeço a contribuição de todos investigadores que estejam a realizar estudos de caso sobre este período (como por exemplo Mendes, 1993). Por isso lanço um apelo à comunidade científica e a todos os estudantes interessados para se dedicarem aos estudos sobre elites locais, que são fundamentais para o nosso conhecimento do país em que vivemos e dos grupos que de facto exercem o poder mais visível e imediato e têm um papel de intermediário entre o Estado e os cidadãos.

---

<sup>3</sup> Não conseguirei certamente atingir os resultados a que, por exemplo, António Costa Pinto (1992) chegou na caracterização sócio-profissional dos dirigentes partidários da União Nacional, com a análise da origem política e as organizações de juventude em que os seus objectos de estudo militaram, etc.

## ANEXO FONTES: Roteiro básico

### Legislação:

Leis, Decretos-lei e Portarias publicados no *Diário do Governo* (até 1974) e no *Diário da República*.

Despachos e portarias do Ministério do Interior publicados na IIª série, nos quais se encontram as nomeações e exonerações de governadores civis, presidentes de câmara e comissões administrativas.

### Arquivos Nacionais:

Instituto do Arquivo Nacional da Torre do Tombo (IANTT):

- Ministério do Interior, Direcção Geral d'Administração Política e Civil: livro nº2, Processos Disciplinares e Inquéritos; Direcção-Geral da Administração Política e Civil, 1ª Repartição: Administração Política, maço 170, caixa 37 (1930) a maço 212, c. 79 (1934);
- Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, correspondência recebida, Maços: 451, caixa 4; 452; 454, c. 7; 455, c. 8; 476; 477, c. 30; 478, c. 31; 479, c. 32; 481, c. 34; 489, c. 44; 491, c. 46; 492, c. 47; 493, c. 48; 494, c. 49; 501, c. 58; 504, c. 62; 509, c. 67; 513, c. 71; 516, c. 74; 518, c. 76; 520, c. 78; 522, c. 80; 523, c. 81. Caixas dos fundos: MAI-ACL-MAI-GM-DI; MAI-ACL-MAI-GM-CL0020; MAI-ACL-MAI-GM-G00062; MAI-ACL-MAI-GM-GBT067; MAI-ACL-MAI-GM-CL0027 e outras ainda por apurar.
- *Inventário do Gabinete do Ministro*, Ministério da Administração Interna, 1948-1977. Discursos do ministro nas tomadas de posse dos governadores civis.

Arquivo da DGAL – Direcção Geral das Autarquias Locais, MEPAT – Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território.

Arquivo do STAPE – Secretariado Técnico dos Assuntos para o Processo Eleitoral, Ministério da Administração Interna:

- Fichas dos registos de eleitos locais em microfichas e CDRom.
- *Eleições para os Órgãos das Autarquias Locais – 1976. Câmaras Municipais. Juntas de Freguesia. Lista dos Presidentes*, STAPE, MAI, Lisboa, 1977.
- *Eleições dos Órgãos das Autarquias Locais. 16/12/79. Lista dos Presidentes das Câmaras e Assembleias Municipais*, STAPE, MAI, Lisboa, 1981.
- *Eleições para os Órgãos das Autarquias Locais. 12-12-82. Lista dos Presidentes das Câmaras Municipais. Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia por Partido e por Classe de Autarquia (número de eleitores inscritos)*, STAPE, MAI, Lisboa, 1983.
- *Eleições para os Órgãos das Autarquias Locais. 15-12-85. Lista dos Presidentes das Câmaras Municipais. Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia por Partido e por Classe de Autarquia (número de eleitores inscritos)*, STAPE, MAI, Lisboa, 1986.

- *Eleições para os Órgãos das Autarquias Locais. 17-12-89. Lista dos Presidentes das Câmaras Municipais. Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia por Partido e por Classe de Autarquia (número de eleitores inscritos)*, STAPE, MAI, Lisboa, 1990.
- *Eleições para os Órgãos das Autarquias Locais – 1993. Lista dos Presidentes das Câmaras Municipais. Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia por Partidos e por Classe de Autarquia (número de eleitores inscritos)*, STAPE, MAI, Lisboa, 1994.
- *Eleições para os Órgãos das Autarquias Locais – 1997. Lista dos Presidentes das Câmaras Municipais. Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia por Partidos e por Classe de Autarquia (número de eleitores inscritos)*, STAPE, MAI, Lisboa, 1998.
- *Caracterização dos Eleitos para as Autarquias Locais 1982*, STAPE, MAI, Lisboa, 1986.
- ARCHER, Graça Miragaia; COSTA, Susana Cristóvão; ROSÁRIO, Eugénia Arrais – *Caracterização dos Eleitos para as Autarquias Locais – 1989*, STAPE, MAI, Lisboa, 1993.
- ARCHER, Graça Miragaia; COSTA, Susana Cristóvão; TAVARES, Sónia Cristina – *Caracterização dos Eleitos Locais – Autárquicas 1993*, STAPE, MAI, Lisboa, 1997.
- *Caracterização Sociográfica das Mulheres Eleitas para as Autarquias Locais 1993*, STAPE, MAI, Lisboa, 1997.
- ARCHER, Graça Miragaia; TAVARES, Sónia Cristina; PITEIRA, Sara Raquel – *Caracterização dos Eleitos Locais – Autárquicas 1997*, STAPE, MAI, Lisboa, 1998.
- ARCHER, Graça Miragaia (coord.) – *Caracterização das Mulheres Eleitas. Autarquias Locais 1997*, STAPE, MAI, Lisboa, 2001.
- *Eleição da Assembleia da República*, STAPE, MAI, Lisboa, 1976, 1979, 1980, 1983, 1985, 1987, 1991.
- *Eleições Autárquicas 1976-1993: Atlas Eleitoral*, STAPE, Lisboa, s. d.
- *Eleições Autárquicas 1997/2001. Atlas Eleitoral (actualização)*, STAPE, Lisboa, s. d.
- *Eleições. Revista de Assuntos Eleitorais*, STAPE, MAI, Lisboa, nº 0 – Out. 1990 a nº 8 - Dez. 2004.
- *Eleições. Revista de Assuntos Eleitorais*, STAPE, MAI, Lisboa, Número Especial, Julho 1993: Atlas Eleitoral com os Resultados das eleições para as Câmaras Municipais em 1976-1989.

Biblioteca do Ministério da Administração Interna:

- *Governos Cívicos. Mais de um século de história*, Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna, Lisboa, 1994.

### **Arquivos locais:**

Arquivos dos Governos Cívicos dos distritos: correspondência, ofícios e despachos.

Arquivos Distritais:

- Registos Paroquiais

Arquivos das Câmaras Municipais:

- Livros de Actas da Câmara Municipal.
- Livros de Correspondência expedida e recebida.
- Livros do Recenseamento Eleitoral.

Secções de Finanças:

- Inventários por morte ou por doação em vida dos bens.

Tribunais:

- Inventários Orfanológicos

Registos prediais e serviços de notariado:

- Escrituras públicas de compra e venda e constituição de sociedades empresariais ou cooperativas.

Arquivos das instituições locais, como Misericórdia, Grémio, Casa do Povo, Cooperativas Agrícolas, lagares, etc.

Arquivos das casas agrícolas ou industriais:

- Livros de contabilidade, genealogias, documentos dispersos, casas, quadros e fotografias, mobiliário, guarda-roupa.

### **Fontes Estatísticas:**

Recenseamentos Gerais da População, INE, 1911, 1930, 1940, 1960, 1970, 1981, 1991.

### **Imprensa Local, Regional, Nacional e outras Publicações Periódicas**

#### **Outras fontes locais:**

Fontes orais

Cemitérios, placas com os nomes das ruas, casas, disposição geográfica das famílias pelas ruas, etc.

Literatura

Outras fontes etnográficas, como música e poesia popular, artesanato.

### **BIBLIOGRAFIA:**

ALMEIDA, Maria Antónia Pires de – “Classificações ocupacionais em meio rural: abordagem inicial do concelho de Avis a partir de algumas fontes”, *in* Inês Amorim

(coord.) – *Qualificações, Memórias e Identidades do Trabalho*, Instituto do Emprego e Formação Profissional, Lisboa, 2002, pp. 229-253.

*IDEM* – *Elites Sociais Locais Alentejanas: Continuidade e Mudança. Avis 1886 – 1941*, ISCTE, Lisboa, 1997.

*IDEM* – *Família e Poder no Alentejo. Elites de Avis – 1886-1941*, Edições Colibri, Lisboa, 1997.

ALMEIDA, Miguel Vale de – *The Hegemonic Male. Masculinity in a Portuguese Town*, Berghahn Books, Oxford, 1996.

ALMEIDA, Pedro Tavares de e PINTO, António Costa – *Portuguese Ministers, 1851-1999. Social background and paths to power*, Harvard University, 2003.

ALVES, Jorge Fernandes – *Jorge de Mello. «Um Homem». Percursos de Um Empresário*, Edições Inapa, Lisboa, 2004.

ASSUNÇÃO, Ana Paula – *Fábrica de Louça de Sacavém. Contribuição para o estudo da indústria cerâmica em Portugal. 1856-1974*, Edições Inapa, Lisboa, 1997.

CARVALHO, Rita Almeida de – *A Assembleia Nacional no Pós-Guerra 1945-1949*, Tese de Mestrado em História dos Séculos XIX e XX, Universidade Nova de Lisboa, 1998.

*IDEM* e Tiago Fernandes – “A elite política do marcelismo: ministros, secretários / subsecretários de Estado e deputados (1968-1974)”, in António Costa Pinto e André Freire (orgs.) – *Elites, Sociedade e Mudança Política*, Celta Editora, Oeiras, 2003, pp. 67-96.

CUTILEIRO, José – *Ricos e Pobres no Alentejo (Uma Sociedade Rural Portuguesa)*, 1ª edição portuguesa, Livraria Sá da Costa Editora, Lisboa, 1977.

DAMAS, Carlos Alberto – “José Maria do Espírito Santo e Silva, de cambista a banqueiro, 1869-1915”, *Análise Social*, vol. XXXVII (164), 2002, pp. 851-878.

*IDEM* e ATAÍDE, Augusto de – *O Banco Espírito Santo. Uma dinastia financeira portuguesa*, 1º vol. 1869-1973, Banco Espírito Santo, Centro de Estudos de História do BES, Lisboa, 2004.

FARIA, Miguel Figueira de – *Alfredo da Silva*, Bertrand, Lisboa, 2004.

*IDEM* – *Banco Comercial Português. A Primeira Década 1985 – 1995*, Edições INAPA, Lisboa, 2001.

*IDEM* (coord.) – *LISNAVE, Contributos para a História da Indústria Naval em Portugal*, Edições INAPA, Lisboa, 2001.

FAUSTINO, Carla – *A Elite Política de Arraiolos, 1890-1918*, ISCTE, Lisboa, 1997.

FERNANDES, Filipe S. – *Fortunas e Negócios. Empresários Portugueses do século XX*, Oficina do Livro, Lisboa, 2003.

FERRAROTI, Franco – *La Historia y lo Cotidiano*, Ediciones Península, Barcelona, 1991.

FERREIRA, Jaime – *Farinhas, moinhos e moagens*, Âncora Editora, Lisboa, 1999.

FONSECA, Hélder – *O Alentejo no Século XIX. Economia e Atitudes Económicas*, INCM, Lisboa, 1996.

IDEM e REIS, Jaime – “José Maria Eugénio de Almeida, um capitalista da Regeneração”, *Análise Social*, vol. XXIII (99), 1987, pp. 865-904.

FONSECA, Jorge – “Uma Vila Alentejana no ‘Antigo Regime’ – Aspectos sócio-económicos de Montemor-o-Novo nos séculos XVII e XVIII”, *Almensor, Revista de Cultura*, Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, nº 4, 1986, pp. 119-207.

IDEM – “Um Nobre alentejano do século XVIII e a sua casa – o inventário de Valentim Lobo da Silveira”, *ibidem*, nº 8, 1990, pp. 227-261.

IDEM – “Propriedade e exploração da terra em Évora nos séculos XVIII e XIX”, *Ler História*, 18, 1990, pp. 111-138.

FONSECA, Maria Inês – *O dia em que deixaram de ‘comer de boca fechada’. Memórias de um conflito social – formas de resistência em meio rural*, tese de Mestrado em Antropologia na FCSH, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1997.

FREIRE, André (coord.) – *Recrutamento Parlamentar: os Deputados Portugueses da Constituinte à VIII Legislatura*, STAPE/MAI, Lisboa, 2001.

GIDDENS, Antony – *Sociology*, Polity Press, Cambridge, 1989, p. 668.

GODINHO, Paula – *Memórias da Resistência Rural no Sul. Couço (1958-1962)*, Celta Editora, Oeiras, 2001.

GRANAI, Georges – “Técnicas do Inquérito Sociológico”, in Georges Gurvitch (dir.) – *Tratado de Sociologia*, ed. portuguesa dirigida por Alberto Ferreira, Iniciativas Editoriais, Porto, 1964, pp. 193-215.

GUERREIRO, Maria das Dores – *Mulheres na vida empresarial*, Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, Lisboa, 1998.

HOLT, Hamilton – *The life stories of undistinguished Americans as told by themselves*, Routledge, New York, 2000.

LIMA, Antónia Pedrosa de – “Relações familiares na elite empresarial de Lisboa”, in António Costa Pinto e André Freire (org.) – *Elites, Sociedade e Mudança Política*, Celta Editora, Oeiras, 2003, pp. 151-180.

LOWENTHAL, David Lowenthal – *The past is a foreign country*, Cambridge University Press, Cambridge, 1985.

MARTINS, Conceição Andrade – “Opções económicas e influência política de uma família burguesa oitocentista: o caso de São Romão e José Maria dos Santos”, *Análise Social*, vol. XXVII (116-117), 1992, pp. 367-404.

IDEM – “Opções económicas e influência política de uma família burguesa oitocentista: o caso de São Romão e José Maria dos Santos”, *Análise Social*, vol. XXVII (116-117), 1992, pp. 367-404.

IDEM; MATOS, Ana Cardoso de; BETTENCOURT, Maria de Lourdes (estudo e selecção) – *Senhores da Terra. Diário de um Agricultor Alentejano (1832 – 1889)*, prefácio de Jaime Reis, INCM, Lisboa, 1982.

MATOS, Venerando – *A Elite Política Republicana no Concelho de Torres Vedras (1907-1931)*, ISCTE, Lisboa, 1998.

MENDES, José Amado – “O contributo da biografia para o estudo das elites locais: alguns exemplos”, *Análise Social*, vol. XXVII (116-117), 1992, pp. 357 – 365.

- IDEM* – *História do Vidro e do Cristal em Portugal*, Edições INAPA, Lisboa, 2002.
- MENDES, Maria Manuela – “As Elites Políticas num Concelho da Área Metropolitana do Porto”, *Sociologia – Problemas e Práticas*, nº 14, 1993, pp. 177-198.
- PEREIRA, João Manuel – *Elites Locais e Liberalismo. Torres Vedras 1792-1878*, ISCTE, Lisboa, 1997.
- PEREIRA, Teresa* – *Elite Política Municipal e Distrital de Lisboa, 1926-1945*, ISCTE, Lisboa, 1998.
- PEREIRA, Zélia – “Estruturas Agrárias, Sociedade Local e Poder Municipal em Almada (1827)”, in *Anais de Almada. Revista Cultural*, 2, 1999, pp. 121-156.
- PINTO, António Costa – “As elites políticas e a consolidação do salazarismo: o nacional sindicalismo e a União Nacional”, *Análise Social*, vol. XXVII (116-117), 1992, pp. 575-613.
- IDEM* – “Elites, partido único e decisão política nas ditaduras da época do fascismo”, *Penélope. Revista de história e ciências sociais*, nº 26, 2002, p. 161-186.
- IDEM*; ALMEIDA, Pedro Tavares de; BERMEO, Nancy (eds.) – *Who Governs Southern Europe? Regime Change and Ministerial Recruitment, 1850-2000*, Frank Cass, London, 2003.
- POIRIER, Jean; CLAPIER-VALLADON, Simone; RAYBAUT, Paul – *Histórias de Vida. Teoria e Prática*, trad. de João Quintela, Celta, Oeiras, 1995.
- QUIVY, Raymond e CAMPENHOUDT, Luc Van – *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Gradiva, 1992.
- REIS, Jaime – *O Banco de Portugal das origens a 1914*, Banco de Portugal, Lisboa, 1996.
- ROCHA, Maria Manuela – *Propriedade e Níveis de Riqueza. Formas de Estruturação Social em Monsaraz na 1ª Metade do Séc. XIX*, Edições Cosmos, Lisboa, 1993.
- RUIVO, Fernando – “Local e Política em Portugal: o Poder Local na Mediação entre o Centro e a Periferia”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 30, 1990, pp. 75-95.
- SANTOS, Rui – “Senhores da terra, senhores da vila: elites e poderes locais em Mértola no século XVIII”, *Análise Social*, vol. XXVIII (121), 1993, pp. 345-369.
- SIMÕES, Jacinta – *Uma Freguesia Rural do Baixo-Alentejo: a aldeia de Brinches entre 1838 e 1870. Aspectos demográficos e sócio-económicos*, ISCTE, Lisboa, 1997.
- SOBRAL, José Manuel – “Memória e identidade sociais – dados de um estudo de caso num espaço rural” *Análise Social*, vol. XXX (131-132), 1995, p. 297.
- IDEM* – *Trajectos: o Presente e o Passado na Vida de uma Freguesia da Beira*, Imprensa de Ciência Sociais, Lisboa, 1999.
- THOMPSON, Paul – *The Voice of the Past. Oral History*, Oxford University Press, Oxford, 1978.
- TONKIN, Elizabeth – *Narrating Our Past. The Social Construction of Oral History*, Cambridge University Press, Cambridge, 1995.
- TORRES, Ana Paula – *As elites políticas de Oeiras (1908-1926)*, ISCTE, Lisboa, 1999.